



## **CARTA DA CONFERÊNCIA LIVRE DE EDUCAÇÃO, ARTE E CULTURA DO CAMPO, DAS ÁGUAS E DAS FLORESTAS**

**Local e Data:** Plataforma Virtual (Âmbito Nacional) / Brasília – DF, 28 de janeiro de 2026.

**Organização:** Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Nós, participantes da Conferência Livre de Educação, Arte e Cultura do Campo, das Águas e das Florestas, afirmamos que este encontro ocorre em um momento histórico de reconstrução institucional. O fortalecimento do MDA e do Condrap recoloca o desenvolvimento rural sustentável e solidário como prioridade estratégica, e é neste cenário que nossa Conferência assume um caráter propositivo e central.

Reconhecemos que, historicamente, a educação, a arte e a cultura do campo têm sido incorporadas de forma insuficiente ou marginal nos processos decisórios. Por isso, em alinhamento à 3ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário - **CNDRSS** e ao seu lema “**Brasil Rural: Raiz da Vida, Fonte do Bem Viver**”, reivindicamos que estas dimensões ascendam a uma posição estruturante. Elas são o alicerce para sistemas alimentares culturalmente referenciados, para a agroecologia e para a autonomia dos povos. Nossa meta é clara: fortalecer programas e marcos institucionais existentes e criar novos mecanismos que garantam a sustentabilidade, a continuidade e o enraizamento territorial das ações voltadas ao campo, às águas e às florestas.

### **NOSSOS EIXOS E TEMAS DE DEBATE**

Para garantir coerência política e metodológica com o processo nacional, a Conferência organizou-se em torno de dois grandes eixos: **Cultura, Diversidade e Políticas Públicas e Educação, Juventude, Mulheres e Sucessão Rural**. Foram esses eixos estruturantes que

orientaram as discussões e resultaram nas propostas apresentadas por nossos cinco Grupos de Trabalho Temáticos:

- **Governança e Fortalecimento em Educação, Arte e Cultura**, focando na criação de políticas de Estado perenes;
- **Autonomia Econômica das Mulheres e Valorização Cultural**, unindo emancipação financeira e saberes tradicionais;
- **Cultura, Diversidade e Defesa do Território**, reafirmando a identidade como ferramenta de proteção;
- **Educação, Juventude e Sucessão Rural**, focada na permanência digna e vibrante no campo;
- **Identidade e Bem Viver**, consolidando o bem-estar a partir das raízes e ancestralidades.

### **CHAMADO À AÇÃO:**

Convocamos a sociedade civil, os gestores públicos em todos os níveis e as instituições de pesquisa e ensino a se somarem ao nosso esforço para a efetivação das seguintes diretrizes:

1. **Enfrentamento às Desigualdades de Gênero:** Garantir o enfrentamento das opressões e a equidade no acesso à terra, aos recursos e aos meios de produção para as mulheres rurais. As políticas de fortalecimento da autonomia das mulheres devem ser entendidas como políticas de fortalecimento cultural, devendo promover o suporte integral às iniciativas econômicas e criativas lideradas por elas. Isso implica **viabilizar** o investimento em redes de economia coletiva e solidária voltadas ao artesanato e ao turismo de base comunitária, além de **estabelecer** infraestruturas locais que garantam a comercialização de sua produção e saberes. É essencial, ainda, **integrar** essas ações a sistemas de cuidado e proteção emocional que combatam a sobrecarga de trabalho e zelem pela saúde mental, assegurando que a emancipação financeira resulte em voz ativa e poder de decisão sobre seus corpos e territórios.
2. **Apoio à Juventude e Sucessão:** Desenvolver políticas integradas que assegurem oportunidades de estudo e trabalho para a juventude rural, combatendo o êxodo rural. É fundamental garantir o acesso à arte, à cultura e à comunicação comunitária, reconhecendo o protagonismo das juventudes em práticas artísticas e produções que renovam a vida comunitária, devendo-se **assegurar** o financiamento público para

ações que unam educação contextualizada, esporte e lazer como estratégias de permanência digna. Isso envolve **fortalecer** institucionalmente as escolas comunitárias, quilombolas, indígenas e os centros por alternância (CEFFAs), permitindo que os jovens enxerguem o território como um espaço de prosperidade e criação. É necessário, ainda, **democratizar** o acesso a diversas linguagens artísticas e espetáculos, **qualificando** o planejamento orçamentário para que a sucessão rural seja sustentada por políticas que conectem a identidade local à autonomia profissional e ao pleno bem-viver.

3. **Fortalecimento da Educação do Campo:** Reafirmamos a urgência de fortalecer programas estratégicos como o Pronera e o Novo Pronacampo, que articulam a educação formal e não formal diretamente à realidade das comunidades, incorporando saberes ancestrais, valorizando linguagens artísticas e fortalecendo a sucessão rural. No entanto, alertamos para o tema sensível e urgente do fechamento sistemático das unidades de ensino, exigindo uma ação nacional imediata com medidas e orientações que impeçam a continuidade do fechamento das Escolas do Campo, considerando seu papel insubstituível no desenvolvimento dos territórios. É imperativo que os órgãos públicos estabeleçam processos reais de diálogo e participação social, respeitando os direitos das comunidades de educarem seus filhos em escolas nos próprios territórios e garantindo que a formulação de políticas educacionais considere seus valores, identidades, histórias e especificidades como sujeitos de direitos.
4. **Cultura, Diversidade e Defesa do Território:** Institucionalizar e salvaguardar os saberes, as artes e os modos de vida dos povos e comunidades tradicionais como patrimônio cultural vivo, integrando-os de forma estruturante às políticas de educação e cultura com financiamento contínuo e desburocratizado. Nesse sentido, reafirmamos a Política Nacional de Cultura Viva como política estruturante para os territórios rurais, reconhecendo os Pontos e Pontões de Cultura Rurais, as escolas comunitárias, os ecomuseus, as casas de sementes, as cozinhas tradicionais e os coletivos culturais como agentes centrais da salvaguarda dos patrimônios culturais vivos e da defesa do território. Isso requer promover a soberania alimentar e territorial através do apoio a arranjos produtivos locais — como Pontos de Cultura Rurais, Escolas Famílias e cooperativas agroecológicas — que articulem geração de renda e preservação da sociobiodiversidade. É fundamental, ainda, ampliar a governança social, assegurando por meio de legislação a representatividade obrigatória da cultura rural e alimentar nos órgãos colegiados de natureza permanente ou temporária (conselhos, comitês,

fóruns, etc.) de direitos e garantindo que os sujeitos do campo tenham voz ativa e poder de decisão sobre os recursos e o planejamento das políticas que impactam seus territórios.

5. **Identidade e Bem Viver:** Promover a agroecologia como um projeto civilizatório e ético do Bem Viver, por meio de programas intersetoriais que integrem educação, cultura e sistemas agrários tradicionais à conservação ambiental. Isso exige assegurar a valorização dos saberes ancestrais, criar casas de sementes crioulas e garantir financiamento específico para que as escolas do campo atuem como centros de equilíbrio ecológico e justiça social. Paralelamente, é fundamental garantir a promoção da saúde mental e da educação popular, reconhecendo mestres e mestras de saberes tradicionais como protagonistas dos processos formativos e implementando estratégias de cuidado ancestral nos territórios. Tais ações devem ser sustentadas por orçamentos específicos e fiscalização rigorosa, visando o combate ao sofrimento psicossocial e o fortalecimento da autonomia plena dos povos e comunidades tradicionais.

Diante do exposto, exigimos que a Educação, a Arte e a Cultura sejam tratadas como eixos transversais e obrigatórios em todas as políticas de desenvolvimento rural. Não aceitaremos que estas pautas sejam relegadas a planos secundários. Para tanto, encaminhamos:

- **A Institucionalização das Propostas:** Que este documento seja incorporado integralmente ao Relatório Final da 3ª CNDRSS, servindo de base para o Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável;
- **A Articulação Interministerial:** Que seja criado um mecanismo de governança entre MDA, MEC e MinC para a implementação de um Programa Nacional de fomento à arte, cultura e educação nos territórios;
- **A Garantia de Recursos:** Que o orçamento público contemple, de forma direta e desburocratizada, as iniciativas de base comunitária e as redes de arte e cultura popular, por meio da efetivação da Política Nacional Aldir Blanc, assegurando financiamento contínuo, territorializado e adequado à realidade do campo, das águas e das florestas.
- **A Garantia do Direito à Educação e Salvaguarda das Escolas do Campo, das Águas e das Florestas:** Que seja implementada uma ação nacional imediata com medidas e orientações que impeçam o fechamento sistemático das unidades de ensino,

garantindo que qualquer decisão sobre o futuro dessas unidades seja pautada pelos princípios da gestão democrática e da participação social.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Reafirmamos que a Educação, a Arte e a Cultura são dimensões estruturantes para a soberania dos povos do campo, das águas e das florestas. Não há desenvolvimento rural sustentável sem a garantia de territórios vivos, de uma educação de qualidade, contextualizada e crítica e de uma cultura fortalecida.

Seguiremos mobilizados para que as propostas aqui apresentadas sejam efetivamente incorporadas às políticas de Estado. Reafirmamos nosso compromisso com a construção de um Brasil democrático que reconheça a diversidade de seus territórios como sua maior riqueza.

**Pelo fortalecimento da Educação, da Arte e da Cultura nos Territórios! Pela efetivação do Bem Viver no Brasil Rural!**

**Documento aprovado por aclamação na Plenária Final da Conferência Livre de Educação, Arte e Cultura do Campo, das Águas e das Florestas, realizada em 28 de janeiro de 2026.**

**Subscvem e ratificam este documento os movimentos sociais, coletivos e entidades participantes abaixo relacionados:**

### **Educação e Pedagogia da Alternância**

### **Educação e Pedagogia da Alternância**

- CEFFAS – Centros Familiares de Formação por Alternância
- EFA IBIAPABA – Escola Familiar Agrícola Chico Antônio Bié
- IBELGA – Instituto Bélgica-Nova Friburgo
- IRCOA-CFR-MA – Instituto de Representação Coordenação e Assessoria das Associações das Casas Familiares Rurais no Maranhão
- MEPES – Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo
- PAFOR/UFC – Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica na Universidade Federal do Ceará

- UNEFAB – União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil

### **Movimentos Sociais e Entidades Representativas**

- Comissão Nacional de Pontos de Cultura
- Comunidade Cigana Romani Lovara do DF
- CONAQ – Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas
- FETRAECE – Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Ceará
- Fórum Juventudes Amazônicas
- Grupo de Mulheres Mãos Aroeira
- Instituto de Jovens Rurais do Brasil
- MCP – Movimento das Comunidades Populares
- MMIB – Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém
- MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
- Rede Brasileira dos Povos Ciganos
- Rede Marimar de Artesanato Marajoara
- Rede Nacional de Pontos de Cultura e Memória Rurais
- REMAR MARAJÓ – Rede de Mulheres Ribeirinhas do Marajó

### **Cultura, Arte e Memória**

- Associação Cultural de Turismo Étnico Ecológico do Quilombo de Baía Formosa
- Centro de Referência da Cultura dos Povos Indígenas Aldeia Maracanã
- Coletivo Cultural Rosa Aberta
- Fundação Cultural Cabras de Lampião
- Grupo Balanço do Coqueiro
- Pontão de Cultura ASCESMMA – Associação Sócio Cultural e Esportiva de São Mateus do Maranhão
- Pontão de Cultura Territórios Rurais e Cultura Alimentar
- Ponto de Cultura A Roça A Casa dos Orixás – Feliz/RS
- Ponto de Cultura - Casarão Agroecológico de Campo Grande, Rio de Janeiro
- Ponto de Cultura Guardiões do Rio Grande – Porto Alegre/RS

- Ponto de Cultura Ybyraçú – Centro de Memória Biocultural Guerém da Aldeia de São Fidélis

### **Agroecologia e Defesa do Território**

- AMPEV – Associação de Moradores e Lavradores do Povoado Entroncamento e Vizinhança
- ASSEPROC – Associação de Produtores Familiares de Tenente Laurentino Cruz (RN)
- Associação Civil Vale Verdejante
- Associação de Comunidades Quilombolas do Rio de Janeiro
- Associação dos Pesquisadores Marisqueira e Remanescentes de Enseada do Paraguaçú
- Associação Quilombola de Andrequicé
- Coletivo Agroecológico: APA Recanto Campestre
- Coletivo Multiétnico Indígena de Valença - RJ
- Confluência Socioambiental Afrodescendente – CSAfro

### **Instituições Públicas e Conselhos**

- CEAE-RJ – Conselho Estadual de Alimentação Escolar do Rio de Janeiro
- INCRA – Divisão de Educação, Arte e Cultura do Campo (DDE)
- MEC/SECADI – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
- SEEDF/EAPE – Secretaria de Educação do DF / Unidade-Escola de Formação Continuada